

Sentidos atribuídos ao consumo de álcool por indígenas e quilombolas de um município de Minas Gerais

Brunna de Oliveira Freitas¹ (Orcid: 0000-0002-1414-9688) (brunna.oli.f@gmail.com)

Telmo Mota Ronzani¹ (Orcid: 0000-0002-8927-5793) (tm.ronzani@gmail.com)

Magda Diniz Bezerra Dimenstein² (Orcid: 0000-0002-5000-2915) (mgdimenstein@gmail.com)

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora-MG, Brasil.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, Brasil.

Resumo: O objetivo do estudo é identificar e analisar os sentidos atribuídos ao consumo de álcool entre populações indígena e quilombola. Trata-se de um estudo de campo qualitativo em que foram realizadas observação participante e entrevistas semiestruturadas. Os critérios de inclusão foram: maiores de 18 anos, ambos os sexos e ter um padrão de consumo nocivo ou de provável dependência de acordo com o resultado de um instrumento de triagem aplicado inicialmente. Para a análise dos resultados, utilizou-se o Núcleo de Significações. O consumo foi apontado como importante para a formação e manutenção de vínculos. O trabalho regula o uso e o tempo de descanso é preenchido com o consumo como forma de alívio e relaxamento. As bebidas amenizam o sofrimento advindo das condições de vida e das situações de discriminação racial. O uso problemático ocorre quando se perde o controle sobre o consumo, e com isso há a exclusão social. A diferença de gênero está atrelada a quantidade e local de uso. Conclui-se que o consumo e os sentidos construídos pelos participantes resultam das desigualdades de classe, raça, etnia e gênero, assim os problemas atrelados ao uso não podem se reduzir a substância ou a comportamentos individuais.

► **Palavras-chave:** Povos indígenas. Quilombolas. População rural. Consumo de bebidas alcoólicas. Determinação Social da Saúde.

Recebido em: 29/01/2024

Revisado em: 14/08/2024

Aprovado em: 18/02/2025

Todos os dados da pesquisa estão disponíveis neste texto

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312025350134pt>

Editor responsável: Rogerio Azize

Pareceristas: Jader Leite e James Ferreira Moura Júnior

Introdução

O consumo de drogas tem se configurado, nas últimas décadas, como um problema social e de saúde pública (Medeiros *et al.*, 2021). As substâncias lícitas têm a maior prevalência de dependência e estão atreladas a um maior número de problemas sociais (Lima, 2021). No Brasil é justamente o álcool a droga mais consumida e aceita socialmente (Bastos *et al.*, 2017). Contudo, é preciso considerar que os danos associados ao consumo não devem estar atrelados apenas às drogas, mas sim às condições de vida das populações que estão inseridas em determinado modo de produção e reprodução da vida, e que tem como pano de fundo as expressões da questão social (Medeiros *et al.*, 2021).

Para a perspectiva da determinação social da saúde é a forma coletiva de reprodução e produção da vida que cria condições para determinadas formas do processo saúde-doença (Moraes, 2018). Isto posto, é necessário compreender, para além dos dados epidemiológicos, como as necessidades e motivações relacionadas as bebidas alcoólicas têm se constituído nos diferentes grupos sociais e como se estabelecem a partir de marcadores de classe, gênero e raça, por exemplo.

Analisar os sentidos e os significados do consumo é um caminho possível para esse entendimento. Estas categorias estão entre aquelas fundamentais para a compreensão dos sujeitos. Os significados são produções históricas e sociais, são conteúdos mais fixos apropriados pelo indivíduo (Aguiar; Ozella, 2013). Já os sentidos são as relações internas que se desenvolvem em sua consciência, são produções singulares que carregam uma natureza sócio-histórica (Leontiev, 2014). São eles que conectam o sujeito aos motivos que impulsionam a atividade do homem ao ligarem as necessidades aos objetos capazes de satisfazê-las (Leontiev, 2014).

No que diz respeito ao que se tem produzido sobre o assunto, sabe-se que existe um número expressivo de investigações sobre o padrão de consumo de álcool da população brasileira que contribuem para esse entendimento mais amplo (Jaeger; Mola; Silveira, 2018). Todavia, esses autores apontam para a ausência de dados em relação às populações rurais, que vivem hoje em um cenário de vulnerabilidade psicossocial e ambiental devido a devastação de florestas, extinção de biodiversidade, precarização das relações de trabalho, fluxos migratórios para a cidade etc. (Costa Neto; Dimenstein, 2017). É nesse contexto de exploração e expropriação de terras que

os sujeitos se constituem, formam seus sentidos e significados e assim se relacionam com as bebidas alcoólicas.

Esse espaço é ocupado por uma diversidade de sujeitos com culturas e modos de organização diferentes que precisam ser consideradas nas produções acadêmicas. Diante disso, optou-se por investigar o consumo de álcool de populações quilombolas e indígenas para compreender como esse uso é atravessado pelas vivências destes. Assim, o objetivo deste estudo é identificar e analisar os sentidos atribuídos ao consumo de álcool entre populações quilombola e indígena de um município de Minas Gerais.

Método

Desenho e Participantes

Trata-se de um estudo de campo de delineamento qualitativo. Esse tipo de investigação procura aprofundar nas questões propostas em determinado grupo em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes (Gil, 2008). Os dados a serem apresentados compõem os resultados de uma dissertação e são um recorte de uma pesquisa multicêntrica que tem como objetivo investigar as condições de vida e saúde mental, assim como a cobertura e qualidade da assistência em saúde para populações indígenas e quilombolas.

O estudo foi realizado na zona rural de Barbacena, Minas Gerais, onde vive uma comunidade indígena de remanescentes da etnia Puri, localizada no distrito de Padre Brito e o Quilombo dos Candendês no distrito de Ponto Chique do Martelo. Tais locais estão a cerca de 25 km do centro urbano do município e a 11 km de distância um do outro. Essa escolha se deu por meio dos seguintes critérios: ambos os territórios pertencem ao mesmo município e este está localizado o mais próximo possível da instituição responsável pela pesquisa.

A escolha dos participantes ocorreu por meio da aplicação do instrumento *Alcohol Use Disorders Identification Test* (AUDIT), um questionário breve com perguntas que correspondem aos seguintes padrões de consumo: uso de baixo risco ou abstinência, de risco, nocivo e provável dependência (Méndez, 1999). Para responder ao AUDIT, o indivíduo deveria ter 18 anos ou mais, ser de ambos os sexos e aceitar participar do estudo. Foram excluídos aqueles que não estavam em suas residências após diferentes tentativas de contato e os que apresentavam condições médicas ou psicológicas que impossibilitam a participação.

Aqueles cujo padrão identificado no AUDIT fosse nocivo ou de provável dependência foram convidados a participar de uma entrevista. Apesar de essa escolha ter limitado o número de participantes, ela se deu pelo fato de que a pesquisa multicêntrica da qual está faz parte tem como um de seus objetivos investigar a assistência em saúde. Logo aquele sujeito com um padrão de baixo risco não costuma ser o que acessa serviços de saúde por problemas relacionados ao álcool. Ao todo, 93 pessoas responderam ao questionário e, destas, quatro homens foram selecionados para compor a amostra. As entrevistas foram gravadas com a permissão dos entrevistados e não foram registradas recusas. No Quadro 1 estão reunidas as informações sobre os participantes que compuseram a amostra.

Quadro 1. Caracterização dos participantes e seu padrão de consumo

Descrição dos participantes
Pedro – 33 anos, indígena, ensino fundamental completo, casado, se autodeclara como indígena, possui renda de meio salário-mínimo que advém do trabalho como meeiro e de programas sociais. Vale salientar que o seu parentesco com os Puri se deu por meio de seu casamento com uma descendente direta dessa família. Pedro alcançou 17 pontos no AUDIT (uso nocivo) e relata ter o costume de ir ao bar e beber com os amigos após o trabalho e aos finais de semana.
Vitor – 34 anos, pardo, ensino fundamental incompleto, solteiro, renda de um a dois salários-mínimos que vem do seu trabalho assalariado como extrator de azeite. O participante alcançou 16 pontos no AUDIT (uso nocivo) e consome bebidas sozinho em sua residência no seu tempo livre.
Antônio – 25 anos, negro, ensino fundamental completo, solteiro, trabalha como lenheiro e possui uma renda de um a dois salários-mínimos. Ele foi o único a morar por um período na zona urbana de Barbacena. Alcançou 21 pontos no AUDIT (provável dependência) e diz estar sem beber há três meses, após um episódio em que foi levado a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) pela família devido à alta quantidade de bebida ingerida e por esse consumo ser motivo de diversos conflitos familiares.
Caio – 39 anos, negro, ensino fundamental incompleto, solteiro, possui uma renda de um a dois salários-mínimos que ganha como agricultor. Ele alcançou 23 pontos no AUDIT (provável dependência) e relata comprar bebidas e consumir na residência de seus amigos e no bar na companhia destes. O consumo é mais intenso aos finais de semana.

Fonte: os autores.

Embora a amostra inclua grupos específicos, as identidades quilombola e indígena não são diretamente expressas pelos participantes em suas falas, refletindo a história dessas comunidades. Ambas passaram por um processo de autorreconhecimento que é recente, iniciado em 2010. O Quilombo dos Candendês foi reconhecido pela

Fundação Palmares em 2012 (Santos, 2019). Segundo a autora, há indícios que sugerem que os fundadores do quilombo eram “capitão do mato” e que utilizaram as oportunidades que tiveram para obter vantagens materiais e imateriais, como o território do quilombo. Assim, foi comum ver alguns moradores questionarem seu próprio reconhecimento como quilombolas.

A respeito dos indígenas, trata-se de uma família que vive há décadas em Padre Brito e que até 2010 não conhecia sua etnia. As práticas culturais desse grupo não diferem das dos demais moradores da região, mas isso é uma característica dos Puris. Registros indicam que muitos Puris esconderam suas origens e se reterritorializaram para sobreviver à exploração dos colonizadores, e hoje estão espalhados pelo Sudeste, principalmente como agricultores familiares (Ramos, 2017).

Técnicas e procedimento de coleta

Inicialmente, foram realizadas reuniões com lideranças, associações de moradores, equipe de saúde e visitas a algumas casas. A cada encontro, era solicitado que os participantes passassem as informações aos demais. A equipe também esteve presente em eventos e datas comemorativas para aproximação.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Nela o entrevistador se guia por uma relação de pontos de interesses que devem ser ordenados e guardar uma relação entre si, todavia há uma flexibilidade no processo (Gil, 2008). Um questionário sociodemográfico foi elaborado e aplicado antes da entrevista para o levantamento do perfil socioeconômico do participante. Durante as visitas à comunidade, foram produzidos diários de campo coletivos e individuais para uma análise da situação como um todo, ou seja, das expressões, sentimentos, comentários, entre outros.

As entrevistas foram realizadas em diferentes dias da semana, incluindo sábado e domingo e durante todo o dia para alcançar o maior número de pessoas. Os pesquisadores, devidamente treinados, visitavam a casa dos moradores em duplas ou trios, informaram o objetivo da visita e ao aceitarem os participantes respondiam o AUDIT e o questionário sociodemográfico. Os sujeitos eram informados sobre sua pontuação e recebiam orientações sobre os resultados caso seu padrão fosse classificado como de risco ou provável dependência. Estes também eram convidados a responderem a entrevista, realizada em um ambiente mais reservado.

Análise dos dados

Para apreender os sentidos e significados sobre o consumo de álcool, foi utilizada a proposta do Núcleo de Significações. Essa técnica tem no empírico o seu ponto de partida, entendendo a necessidade de não apenas descrever o fenômeno, mas explicar o processo histórico de constituição deste (Aguilar; Ozella, 2013).

Aguilar e Ozella (2013) estabelecem os seguintes passos para essa análise: a) leitura flutuante e organização em pré-indicadores; b) identificação dos indicadores e seus conteúdos temáticos; c) construção e análise dos núcleos de significação; d) análise dos núcleos. Os autores apontam que em cada etapa deve ser feito um movimento de destacar falas que se repetem ou que demonstram alguma carga emocional e agrupá-las de acordo com sua similaridade, complementaridade ou até mesmo sua contraposição. Assim, as informações vão se aglutinando até formar um núcleo de sentido que será articulado ao contexto social, político e econômico, para compreender o sujeito em sua totalidade (Aguilar; Ozella, 2013).

Aspectos éticos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (parecer 4.669.056), e todos os princípios éticos foram seguidos. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi lido na íntegra pelo participante ou por um membro da equipe quando solicitado e explicado em uma linguagem informal, para garantir plena compreensão. As entrevistas foram realizadas em espaços seguros respeitando os limites dos participantes. Nenhum resultado individual foi divulgado para proteger a privacidade dos participantes.

A partir da análise e compilação dos dados, houve uma pactuação com a comunidade de organizar rodas de conversa a fim de se discutir os resultados da pesquisa e suas implicações para os moradores. Além disso, será entregue um relatório de pesquisa aos gestores locais, sugerindo ações específicas, assim como para as associações de moradores de ambos os locais.

Resultados e Discussão

O primeiro contato com a bebida e a construção de vínculos

Um dos sentidos atribuídos ao álcool é o seu consumo como um pré-requisito para construir relações sociais, sendo muitas vezes necessário para pertencer a um

grupo. Esse sentido é formado desde a infância, ao vivenciar situações em que o álcool era socialmente aceito. Nesse espaço atravessado pelas bebidas, os participantes iniciaram o consumo entre 12 e 15 anos.

Não [ofereciam], tipo eu vi os amigos bebendo, é teve incentivo, que minha mãe também bebia muito. Minha mãe faleceu por causa da bebida também. Então fui crescendo naquilo e pra mim achava que era bonito. [...] Pra mim, como vê a família bebendo, pra mim eu achava que não era errado, não ia me prejudicar (ANTÔNIO).

[...] quando eu comecei, eu comecei novo. Eu com uns quatorze, quinze já bebia já. [...] [Porque] é a cabeça de quando a gente é novo, jovem assim. Começa a dar uns goles, aí tinha uns colega, [falavam] 'vamo beber'. Comecei a beber, aí até hoje eu bebo assim (PEDRO).

Esse início ainda na adolescência não é uma particularidade desse contexto, um estudo nacional apontou que no Brasil a mediana de idade de início do uso foi de 15,7 anos entre homens e de 17,1 entre mulheres (Bastos *et al.*, 2017). Moraes-Partelli & Cabral (2019), ao investigarem este fenômeno entre adolescentes quilombolas, identificaram que as bebidas estão presentes nos espaços em que estes transitavam para a fase adulta, sempre com uma atmosfera social gregária e de celebração. Assim, gradualmente eles eram introduzidos na experimentação.

Ao longo da vida, Antônio, por exemplo, faz tentativas de parar. Entretanto, esse comportamento é retomado devido às relações sociais estabelecidas pelo participante e do sentido atribuído ao álcool como algo que constitui e mantém os vínculos.

[...] voltei por causa de amizade também. Um amigo que incentiva. Igualzim meu primo, se meu primo tivesse ali, se ele não me chamasse pra ir lá em cima beber, eu não beberia. É mais a amizade mesmo. [...] Às vezes a gente nem tá com vontade de beber, vê eles bebendo e fala 'ah vou ali beber com eles pra ver se passa o tempo' (ANTÔNIO).

Nesse contexto se inicia o uso, sempre junto aos pares, e assim permanece. A motivação para o consumo não é sequer consciente. Caio, por exemplo, diz não gostar da bebida, mas na companhia dos amigos é inevitável o consumo. Já Vitor não se lembra dos motivos para iniciar o uso, mas afirma ter começado por incentivo dos amigos.

[Bebo] misturado com colega. [Sozinho] bebo, mas pouco né? Com colega é pior. Compro e trago, mas só que eu não trago pra casa muito, eu vou pra casa de colega. [...] Vou lá levo pra casa dele [amigo] ele bebe, depois acaba e nós sobe lá pra cima e mistura com os colegas (CAIO).

[Comecei com] uns doze anos. Eu não sei explicar [o motivo] não. [...] Família até que não [bebia], mas eu bebia mais com os amigos, né. Maioria na mesma idade (VITOR).

O consumo de bebidas alcoólicas é um comportamento presente na sociedade brasileira. Dimenstein *et al.* (2019), em estudo semelhante, também identificam o uso como estratégia de socialização. Há consenso entre os antropólogos de que a cerveja, por exemplo, une as pessoas e serve para reforçar a hospitalidade social e o comunitarismo nas mais variadas culturas (Reichert; Zaluar, 2021). Diante de tais contornos, essa substância não precisa e nem deve ser evitada, mas sim consumida. Pois é isso que possibilita interações sociais e a manutenção de vínculos.

O trabalho como regulador e o consumo como possibilidade de lazer

Há consenso de que o consumo não deve ocorrer durante o horário de trabalho. O uso só se intensifica a partir do encerramento da atividade laboral, principalmente na sexta-feira e aos finais de semana, como mostra Vitor.

[...] tinha mulher que bebiam mais do que homens né? Que a mulher ficava o dia inteiro bebendo e o homem ia trabalhar, só bebe de noite, né? Agora a gente [homens] trabalha, a gente só bebe à noite ou final de semana quando está atoa, está em casa, tem folga (VITOR).

O trabalho, enquanto categoria, é uma atividade vital humana que constitui o ser humano como ser social e histórico (Rios, 2015). Todavia, a sociedade capitalista transforma a relação estabelecida com o trabalho. Para Rios (2015), no modo de produção capitalista, os objetos e meios de trabalho são expropriados do trabalhador, restando a ele vender sua força de trabalho para garantir sua existência. Nesse processo, o trabalho humano se torna uma mercadoria, assim como o próprio homem. Sendo assim, só tem valor quem é produtivo, quem produz mais-valia (Reis, 2011). Os participantes enfatizam o quanto é importante que o consumo não interfira em suas atividades laborais por ser isso que os torna alguém nesse sistema, que determina o seu valor.

Quanto ao meio rural, é preciso considerar também as particularidades deste que afeta diretamente na maneira em que esse homem irá se inserir no mercado de trabalho. Com o ideal da Revolução Verde no Brasil a partir de 1960, disseminou-se a ideia de especialização da produção. Assim, as variedades que existiam cederam espaço às monoculturas, que por sua vez receberam consideráveis investimentos (Nascimento *et al.*, 2020). De acordo com os autores, esse processo resultou no sufocamento de pequenos produtores e sua sujeição à prestação de serviços nessas fazendas maiores em que se concentram esse tipo de cultivo. Ademais, esse modo de produção exige um nível de escolarização, que a maioria dos trabalhadores rurais

não possuem, o que os joga no trabalho informal e ainda os torna presa fácil para grandes proprietários que violam direitos trabalhistas (Nascimento *et al.*, 2020). Assim, esse trabalho que garante o seu valor perante a sociedade e que controla o seu comportamento, se dá em um espaço muitas vezes por si só adoeecedor.

Vitor, em sua fala, ainda introduz um elemento importante para essa compreensão. Há uma questão de gênero envolvida nos sentidos atribuídos à atividade laboral. Ao homem é relegado as atividades que consideradas trabalho, e dar conta delas é algo esperado deles. Assim, o beber acaba sendo símbolo também de masculinidade quando se é resistente e as bebidas não interferem nas obrigações (Silva; Menezes, 2016).

As afirmações feitas pelos participantes se repetiram em diferentes conversas durante o trabalho de campo. Também se observou que os dias e horários em que os bares eram frequentados, sempre por homens, era à noite e nos finais de semana.

Em Padre Brito, há um bar e uma mercearia que vendem bebidas alcoólicas, enquanto no quilombo existem três bares e dois comércios. Esses locais são onde os homens podem relaxar após um dia cansativo e se divertir. A falta de opções de lazer nas comunidades faz com que a bebida e os bares sejam as únicas formas de aliviar tensões, descansar e se relacionar com colegas e familiares. Assim, a bebida é vista como uma forma de diversão e descanso após um dia de trabalho exaustivo que, como já foi dito, geralmente ocorre em condições precárias no contexto rural.

[...] Realmente não tem nada, então o divertimento das pessoas pra mim eu acho que é bebe. [...] Eu acho que é pra passar o tempo. Que eu acho que o tempo passa bem mais rápido do que a gente está aqui dentro de casa assim. Aí pra mim eu acho que se a gente beber ali o tempo passa bem mais rápido. A gente sei lá, ocupa a cabeça, distrai um pouco. Pra mim tem um pouco de distração. Por isso que eu bebia de vez em quando. [...] Pra mim já é um costume [da comunidade]. As pessoas aí já são acostumada a trabaia de segunda a sexta, chegar um final de semana e ali e beber (ANTÔNIO).

Aqui temos então um segundo ponto atrelado ao trabalho nos moldes capitalista, o lazer. Este foi moldado para complementar o trabalho alienado, aumentando após a redução da jornada de trabalho alcançada pelas reivindicações dos trabalhadores (Pasquim; Soares, 2015). Segundo os autores, o tempo de não-trabalho passa a ser preenchido com atividades que servem à acumulação de capital e à reposição da força de trabalho, em vez do desenvolvimento humano. Atividades de lazer devem produzir prazer imediato e intenso, e as bebidas alcoólicas exemplificam isso, proporcionando uma fuga momentânea do cansaço e das dificuldades do trabalho

exaustivo, atendendo às necessidades do sistema capitalista (Pasquim; Soares, 2015). Para os autores, esse é um dos motivos para a valorização do álcool hoje.

O uso de drogas como forma de alívio e para obtenção de prazer por parte daqueles que trabalhavam já estava presente na Grécia Antiga (Moraes, 2018). Escolher as bebidas como possibilidade de diversão não é em si um problema; a questão está no fato de essa ser a única possibilidade para isso. Tal situação não se limita a este estudo: Silva e Menezes (2016) e Dimenstein *et al.* (2019) identificam o mesmo quadro em outras comunidades quilombolas.

A vida no contexto rural e suas contradições

A vida no meio rural para os participantes, em muitos aspectos, é melhor do que a vida em contexto urbano. Ali o dia a dia é menos agitado, é possível plantar alguns alimentos e criar pequenos animais. Até mesmo o consumo sofre influência disso, pois, para Caio e Vitor, por exemplo, a cidade é um espaço mais perigoso para quem consome álcool, por estarem expostos a vários tipos de violência ou por proporcionar mais possibilidades de consumo.

Na cidade é meio perigoso né, porque se eu beber lá é meio perigoso, se eu sair lá é perigoso. Mas aqui não, aqui é sossegado. [...] Lá [na cidade] é capaz que eu não beberia muito não (CAIO).

Eu acho que não tem nada a ver com [morar na] comunidade. Eu morava fora eu bebia mais que aqui. [...] aqui até que eu bebo menos que eu bebia lá onde é que eu morava [na cidade]. Lá eu bebia mais que aqui (VITOR).

A realidade no meio rural, entretanto, também é muito penosa. Há uma ausência de serviços fundamentais como educação e saúde e condições precárias de deslocamento e moradia, o que foi observado pela equipe e constantemente relatado pelos moradores.

As dificuldades enfrentadas dizem respeito à história da população negra e indígena no país e a sua ocupação das terras. Ao redor do quilombo, estão as terras mais planas, boas para a plantação e que hoje são dos descendentes de italiano que no passado receberam incentivo do governo para plantar na região. De acordo com os moradores, essas terras inclusive já pertenceram ao quilombo, mas foram sendo tomadas de diversas maneiras, em sua maioria, ilegais. No caso dos indígenas, as casas não têm espaço nem mesmo para uma horta ou criação de pequenos animais.

A desigualdade social e de raça no meio rural se constitui com a colonização e molda a apropriação de terras no país. Sabe-se que os estabelecimentos agropecuários com as maiores áreas têm maior proporção de proprietários que se declararam como brancos (IBGE, 2020a). O modelo socioeconômico vigente segue garantindo o privilégio de grandes empresas voltadas ao agronegócio, “as quais organizam o espaço em torno de sua atividade produtiva, reproduzindo o latifúndio e a exploração do trabalhador rural como pilares fundamentais da vida econômica e social do campo” (Costa Neto; Dimenstein, 2017, p. 1.655).

Outra reclamação constante é a falta de boas oportunidades de emprego, e isso resulta de um processo histórico de formação do país. As poucas opções incluem trabalhos não assalariados nas fazendas locais, que pagam cerca de 40 reais por dia e que só ocorrem a depender da demanda. Isso faz com que muitos jovens se mudem para a cidade, mesmo que ali seja o lugar onde suas raízes permanecem fincadas, como foi possível observar nas falas daqueles que estavam visitando as famílias durante a coleta e que lamentavam o fato de ter sido necessária a mudança.

Antônio, em um outro momento após a entrevista, faz um relato que demonstra essa insatisfação.

Às vezes eu me sinto entendido por não ter nada aqui, aí eu fico meio revoltado, fico meio triste, meio desinquieto. [...] Eu queria até ter ido embora, né? Porque às vezes aqui não tem nada. A gente olha assim pro lado só fala ‘ah não tem nada’. Então dá aquela agonia na gente, aí vai procurar alguma coisa pra fazer, mas não tem aquilo pra ocupar a mente da gente (ANTÔNIO).

Como já pontuado, o quadro apresentado aqui não se dá por acaso. A falta de acesso às condições básicas para a manutenção da vida torna a população rural ainda mais refém de grandes proprietários, resultando em um ciclo de dependência que não tem fim. Albuquerque (2002, p. 40) explica que a ausência de programas de saúde, educação e justiça gera repercussões que não são apenas funcionais. Para o autor, elas “[...] instrumentalizam a rede de dependência da maioria da população em relação a uns poucos aquinhoados, que através do assistencialismo por um lado, e da prepotência por outro, controlam toda a trama social de manutenção da miséria”. Assim, a forma de acessar aquilo que deveria ser um direito é recorrer a quem detém o poder, o que impossibilita em muitas situações a reivindicação por mudança.

No que concerne às populações indígenas e quilombolas, a situação tem se agravado ano após ano e tornado a vida no contexto rural cada vez mais difícil.

Desde 2016, observa-se um dismantelamento das políticas sociais e promoção de políticas econômicas em territórios específicos (Coordenação Nacional...; Terra de Direitos, 2018). De acordo com os autores, o resultado disso é o aumento de violência contra quilombolas, por exemplo, atrelado à disputa por terras. Nos territórios indígenas a situação não é diferente, houve um crescimento da violação de direitos humanos em comunidades indígenas que tem resultado justamente de escolhas políticas (Hutukara...; Associação..., 2022). Há uma demanda internacional de bens primários que gerou na América Latina um dinamismo econômico, mas que resultou justamente na exploração de territórios indígenas, por isso o ataque constante a esse grupo e aos locais em que vivem (CEPAL, 2015).

Diante dessas questões, o álcool mais uma vez está ali como possibilidade de esquecer as amarguras desta vida. Amarguras que foram construídas por um país marcado pela concentração fundiária e a desigualdade presente no campo (IBGE, 2020a), assim como pela invasão de territórios indígenas e quilombolas. Como aponta Caio, “[Bebe] *só para esquecer os problemas mesmo, assim, por exemplo, tá devendo, aí bebe pra esquecer, [problema] com a família, bebe para esquecer. Só isso*”.

Dimenstein *et al.* (2019) também identificam sentidos semelhantes aos encontrados nesta pesquisa, que convergem em dois principais eixos: álcool como recurso de socialização e recreação e como estratégia para lidar com o sofrimento e precariedade da vida. Para os autores, há algo que une ambos os eixos, que é o distanciamento dessas comunidades da possibilidade de exercer outras formas de cuidados e de outras possibilidades de interação social, o que parece reforçar e incentivar padrões de uso prejudicial.

É sobre as populações do campo que recai a maior parte dos efeitos da falta de infraestrutura básica e dos problemas típicos da falta de desenvolvimento social. Esses grupos são mais afetados, menos visíveis e mais difíceis de alcance pelas políticas públicas e investigadores (Dimenstein *et al.*, 2017 p. 544).

A situação das populações indígenas e quilombolas é agravada pela instabilidade de seus territórios. As ameaças constantes de perder suas terras intensificam o sofrimento e os problemas, pois muitos desses territórios não são oficialmente reconhecidos. Há um número significativo de agrupamentos que estão fora de terras delimitadas ou em processo de regularização (IBGE, 2020b). Assim, raça e classe social se entrecruzam no consumo de álcool, tornando impossível analisar esse fenômeno sem considerá-las.

Gênero: onde e quanto como diferença fundamental

Uma limitação desta discussão está no fato de não existirem entrevistas com mulheres que possibilitem a comparação. Entretanto, há alguns elementos identificados nas falas dos participantes que possibilitam um vislumbre dessa questão.

Segundo Antônio e Pedro, para aqueles que afirmam existir diferença de gênero nesse consumo, a principal disparidade estaria no quanto se consome e onde.

A diferença é que pra mim as mulheres não bebem tanto como nós homens. Porque geralmente quando eu vou ali em cima no bar a maioria que tem ali é homem bebendo, é raramente, é difícil ver uma mulher ali bebendo na porta de um bar (ANTÔNIO).

Ah eu acho que [tem diferença] sim, tem umas mulher [que bebem], mas eu acho que se beber assim, falar sobre álcool, é tudo igual, né? [...] É porque às vezes pode beber menos ou mais, mas tudo bebe (PEDRO).

Quando questionados, eles não sabem explicar o porquê, mas reafirmam a diferença. De fato, a equipe não viu mulheres nos bares, apenas em uma única ocasião em que elas estavam na companhia de seus companheiros. Nessa situação, o dono do bar afirmou que esse era o único motivo para as mulheres irem até seu estabelecimento, acompanhar seus parceiros.

Monteiro *et al.* (2011) desenvolveram uma pesquisa sobre o consumo de mulheres que vivem em contexto rural, as participantes demonstraram maior preocupação quanto à exposição social e a preservação da autoimagem. Por isso buscam consumir sempre acompanhadas de familiares ou em espaços reservados. Sabe-se que as mulheres que bebem tendem a ser socialmente representadas como sexualmente promíscuas e estão expostas a situações de risco (Romo-Avilés, 2018). Isso pode explicar o fato de elas não estarem presentes com frequência nos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas.

Têm sido observadas mudanças no papel da mulher na sociedade e, junto a isso, uma diminuição na diferença do consumo de drogas (Romo-Avilés, 2018). As conquistas de autonomia e independência estariam associadas a esse aumento (Dimenstein *et al.*, 2019). Todavia, para Dimenstein *et al.* (2019), tais apontamentos não dão conta das experiências de alguns sujeitos, como as mulheres negras quilombolas rurais, que experienciam múltiplas vulnerabilidades socioeconômicas, raciais e ambientais, além de serem inviabilizadas no espaço doméstico.

Sabe-se que os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres em contextos rurais ainda são fortemente marcados por distinção de gênero (Silva *et al.*, 2019).

Para esses autores, destinam-se aos homens uma maior autonomia, independência e possibilidade de lazer. E quando as mulheres rompem com os limites socialmente impostos pelo patriarcado, gera-se uma sanção social, uma rejeição causada pela quebra de papéis que lhes são atribuídos (Romo-Avilés, 2018). Tudo isso acaba por definir as práticas de consumo das mulheres.

Racismo e álcool

Buscou-se compreender como os participantes percebiam o racismo e a discriminação em suas relações e vivências e como isso poderia se relacionar com seu consumo. Cabe ressaltar que, infelizmente, o racismo sofrido por indígenas não foi explorado por limitações dos dados. Sabe-se que o racismo entre indígenas possui contornos diferentes em relação à população negra.

Quanto ao racismo contra a população negra, há um consenso entre os participantes quilombolas de que tal fenômeno existe, mas não que ele ocorra ali ou que estaria atrelado ao consumo. Para eles cabe a cada um saber lidar com tal situação e não deixar se abalar. É como se sofrer com o racismo fosse um sinal de fraqueza e atestasse que de fato eles são inferiores.

[...] Mesmo que haja racismo, pra mim eu acho que não há necessidade de beber não, porque a pessoa pode se achar mais do que a outra pessoa, mas isso vem da capacidade da pessoa pensar, não abaixar mais do que a outra pessoa, por ela estar ali cometendo um erro ali, de estar fazendo o racismo. Eu acho que ela tem que erguer a cabeça e levantar, eh erguer, não pode te afetar. Pra mim eu acho que o álcool num ajuda a pessoa a esquecer esses negócio (ANTÔNIO).

Para Vitor e Pedro, mesmo sem presenciar algo semelhante, alguém que passa por situações de discriminação e que tem relações marcadas pelo racismo pode sim adoecer. Então, a bebida ajudaria a esquecer tais situações e o sofrimento causado por isso.

Às vezes pode acontecer [o racismo], porque acontece no mundo inteiro, né? Mas até hoje eu não vi não. [...] Pode né [usar o álcool para lidar com isso]. Ou pessoas que estão entrando em depressão, alguma coisa, aí usa o álcool para poder fazer esquecer alguma coisa (VITOR).

Embora os participantes tenham afirmado não existir racismo na comunidade, foi possível identificá-lo em outros relatos. A dificuldade não está apenas em reconhecer esse fenômeno, mas também em se reconhecer enquanto negros e

quilombolas, justamente por viverem um processo de negação de suas raízes e sua cor. O negro, ao ser escravizado, se tornou uma mercadoria, foi destituído de sua humanidade, tornou-se um bem, uma coisa (Costa; Mendes, 2022). Para os autores, o racismo segue estruturando as relações de produção e forças produtivas. Assim, essa desumanização segue em curso, impossibilitando a valorização de seus traços físicos, de suas culturas, de suas vivências, já que são sempre inferiores perante o outro, que é branco.

Assim, se para os participantes o álcool pode ser usado para enfrentar problemas, é possível dizer que o racismo pode se configurar para alguns como tal. Sendo assim, a bebida poderia apagar, mesmo que momentaneamente, o sofrimento de ser e pertencer a um grupo que sempre foi e segue sendo explorado, negado e discriminado em diferentes circunstâncias.

A crença de que o racismo não acontece na comunidade se fundamenta no mito da democracia racial, segundo o qual o Brasil seria um paraíso racial marcado por relações harmoniosas (Milanez *et al.*, 2019). Para os autores, a própria desmobilização das vítimas é em si um resultado desse racismo implícito e disfarçado.

Ademais, o racismo afeta a constituição dessas subjetividades ao marcar a forma como eles se veem e como enxergam o próprio racismo enfrentado por eles. Para Munanga (2009), nem todos os negros têm o mesmo grau de consciência sobre serem negros, pois o processo de construção da identidade nasce da tomada de consciência das diferenças entre os “nós” e “outros” e esse processo não é o mesmo para todos devido aos contextos socioculturais diferenciados. A própria identificação como quilombola pode ser permeada por dificuldades pois a denominação “negro” é símbolo de preconceito e tratamento violento, há então uma resistência em se reconhecer como tal (Macedo *et al.*, 2021).

Do ponto de vista biológico, a raça é um conceito inoperante, mas política e sociologicamente ele é importante, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão (Munanga, 2009). E é isso que se observa entre esses indivíduos, eles estão excluídos do acesso a sua própria terra, das oportunidades de trabalho, de acesso a bens e serviços de qualidade, entre outros. Logo, o racismo pode não aparecer diretamente relacionado ao álcool, mas essa relação existe e os participantes de uma forma ou de outra percebem isso. Nesse cenário, o álcool anestesia as dores desse processo cruel e ameniza de certa forma o sofrimento causado por essas situações.

Quando o consumo de torna um problema e a comunidade fonte de exclusão

Os participantes têm uma definição de consumo problemático que difere de concepções oficiais baseadas na quantidade de doses consumidas. Para eles, o controle sobre o próprio consumo, o tipo de bebida, os problemas familiares que decorrem desse uso e a interferência deste no desempenho laboral seriam fatores fundamentais para definir um consumo problemático. Dessa forma, eles reconhecem seu consumo excessivo, mas acreditam que o controle que possuem diminui a gravidade dos padrões indicados pelo AUDIT.

Ah eu acho que não [é um problema] né? Pra mim não, posso tá, sei lá, exagerar um pouco, mas pra mim não é um problema não. Porque assim, eu sei me controlar, se eu ver que eu vou exagerar muito, eu sei parar e eu vou parar né. Eu acho que eu consigo parar, entende? [...] Igual eu vejo a pessoa bebendo assim, a tem gente que nem tem controle mais, parece que tipo já se entregou já, tá viciado, aí não consegue parar (PEDRO).

Os participantes inclusive adotam medidas que para eles diminuem a gravidade de um consumo excessivo, como o uso de cervejas ao invés da cachaça. Isso foi relatado em conversas com outros moradores.

A bebida não deve interferir nas responsabilidades desses sujeitos, se isso ocorre o consumo passa a ser visto por eles como algo ruim e prejudicial. O estudo de Dimenstein *et al.* (2017) tem achados semelhantes: nele, os participantes, que também vivem em contexto rural, enfatizam o controle sobre o consumo como fator fundamental para diferenciar um padrão problemático ou não.

Para a comunidade, a lógica parece seguir a mesma. Quando o consumo ocorre de maneira controlada sem prejudicar o grupo, ele é aceitável faz parte do cotidiano. Todavia, quando extrapola os limites sociais, esse uso deixa de ser aceito e a comunidade se torna fonte de julgamento e exclusão. A visão predominante é a de que o consumo seria um problema individual e moral.

Eles briga, mas assim, perguntar se tá bem, não. [...] [Eles] julgam, com certeza. Eles não gosta que eu bebo, mas eu falo vou parar, vou parar. Depois, eles briga também, passa perto de mim não cumprimenta. [...] Teve uma vez que eu parei três meses sem beber. Aí todo mundo vinha aqui conversava comigo, mas aí eu comecei a beber de novo eles se afastou de mim. Problema da bebida é isso (CAIO).

Essa visão individualizante sobre o fenômeno é uma construção coletiva pautada nos modelos vigentes de explicação que são fundamentados por concepções biomédicas, vieses estigmatizantes, moralizantes e naturalizantes, que reforçam um

ideal individualista sem preocupação com os aspectos sociais vinculados ao consumo (Medeiros *et al.*, 2021). Seja pela sua moral, seu organismo ou seus comportamentos, é sobre o sujeito que recai toda a responsabilidade do consumo.

Para Reichert e Zaluar (2021), essa exclusão é mais perigosa e leva a mais consumo excessivo de álcool e doenças do fígado do que a aceitação. A pessoa que consome excessivamente ou que tem seu padrão considerado como dependência é excluído do convívio com seus pares, de acordo com os participantes. Logo, o uso passa a se configurar como algo que também amenizaria esse sofrimento ou que distrai o sujeito diante das cobranças, como evidenciou Antônio, que preferia consumir e estar em outro ambiente para evitar brigas em casa.

Considerações finais

Não se pode negar as consequências negativas atreladas ao álcool, embora os dados apresentados mostrem como esse fenômeno é atravessado pelas formas de produção e reprodução da vida. O consumo, seja problemático ou não, é um resultado das desigualdades de classe, de raça/etnia e de gênero. As bebidas alcoólicas foram se constituindo na vida desses sujeitos como algo que ameniza os sofrimentos gerados por condições de vida e trabalho precárias, por situações de discriminação racial e determinado pelos papéis de gênero.

Ao desconsiderar tais fatores, corre-se o risco de dar foco às substâncias e suas propriedades como se apenas a diminuição do seu consumo fosse suficiente para reduzir os processos de adoecimento e sofrimento. Outrossim, o álcool está presente nos processos de sociabilidade, existindo diferentes expressões para esse uso, que não apenas a problemática. As políticas públicas voltadas para essa temática devem levar tais questões em consideração. Isto posto, pesquisas como esta podem contribuir para um olhar mais amplo sobre a temática, desvelando os fatores envolvidos no consumo problemático de grupos específicos apontando para novas práticas e questionamentos.

O estudo possui limitações que mostram a necessidade de mais investigações. Primeiro, ressalta-se que a população rural é heterogênea, por isso não se pode generalizar os dados aqui apresentados. Ademais, não se buscou compreender outros padrões de consumo ou faixas etárias, assim como não foi possível explorar as diferenças atreladas ao gênero, talvez pelo ponto de corte adotado. Todavia, elementos importantes foram demonstrados, que podem contribuir para

a compreensão de como o consumo ocorre em contextos rurais entre populações indígenas e quilombolas e que podem servir como um norte para novas ações e produções científicas.¹

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Edital Universal nº 18/2021, Processo nº 409643/2021-1.

Os autores Magda Dimenstein e Telmo Mota Ronzani também agradecem ao CNPq pela concessão de Bolsa de Produtividade (PQ-CNPq).

Referências

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Y7jvCHjksZMXBrNJkqq4zjP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 023.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. Psicologia Social e Formas de Vida Rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 18, n. 1, p. 37-42, 2002. Disponível em: [7c947d62c556c2e1a9f53978f8970d8d04ab.pdf](https://www.semanticscholar.org/). (semanticscholar.org). Acesso em: 14 ago. 2024.
- BASTOS, F. I. P. M.; VASCONCELLOS, M. T. L.; DE BONI, R. B.; REIS, N. B.; COUTINHO, C. F. S. (org.). *III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e informação Científica e Tecnologia em Saúde – Fiocruz, 2017.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL *Os povos Indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos*. Chile: Nações Unidas, 2015.
- COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS; TERRA DE DIREITOS. *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Curitiba: Athalaia Gráfica e Editora, 2018.
- COSTA NETO, M. C.; DIMENSTEIN, M. Cuidado Psicossocial em Saúde Mental em Contextos Rurais. *Trends in Psychology*, [online], v. 25, n. 4, p. 1653-1664, 2017. <https://doi.org/10.9788/TP2017.4-09Pt>.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Colonização, escravidão e racismo: contribuições a uma psicologia brasileira antirracista. *Teoría y Crítica de la Psicología*, [s.l.], v. 18, p. 44-64. Disponível em: <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/372/357>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIMENSTEIN, M.; BELARMINO, V. H.; LEITE, J. F.; MACEDO, J. P. S.; SILVA, I. T.; DANTAS, C.; ALVES FILHO, A. Consumo de álcool em uma comunidade quilombola do nordeste brasileiro. *Quaderns de Psicologia*, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 1-13, 2019. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1479>.

DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P. S.; LEITE, J.; DANTAS, C.; SILVA, M. P. R. Iniquidades Sociais e Saúde Mental no Meio Rural. *Psico-USF*. Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 521-553, 2017. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220313>.

GIL, C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. *Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo*. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Atlas do espaço rural brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Base de informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19*. Rio de Janeiro, 2020b.

JAEGER, G. P.; MOLA, C. L.; SILVEIRA, M. F. Transtornos relacionados ao uso de álcool e fatores associados em zona rural do Brasil. *Saúde Pública*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 1-12, 2018. <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052000262>.

LEONTIEV, A. N. *Atividade. Consciência. Personalidade*. Tradução: Marcelo José de Souza e Silva. Marxists Internet Archive [online], 2014. 157 p. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/leontiev/1974/06/Atividade-Consciencia-Personalidade.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2023.

LIMA, H. M. M. A humanidade e o uso de substâncias: um panorama histórico. In: MICHELE, D.; ANDRADE, A. L. M.; REICHERT, R. A.; PINHEIRO, B. O.; SILVA, E. A.; LOPES, F. M. (org.). *Aspectos Comportamentais, neurobiológicos e psicossociais do uso e dependência de drogas*. Curitiba: CRV, 2021, p. 21-46.

MACEDO, J. P.; DANTAS, C.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J.; ALVES FILHO, A.; BELARMINO, V. H. Condições de vida, acesso às políticas e racismo institucional em comunidades quilombolas. *Gerais: Revista Institucional de Psicologia*, São João del-Rei, v. 14, n. 1., p. 1-28, 2021. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15488>.

- MEDEIROS, A. X.; COSTA, P. H. A.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. Contribuições da Psicologia Social Comunitária para a área de álcool e outras drogas. *Pesquisas e Práticas Sociais*, São João del-Rei, v. 16, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v16n1/14.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.
- MÉNDEZ, E. B. Uma nova versão brasileira do AUDIT – *Alcohol Use Disorders Identification Test*. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- MILANEZ, F.; SÁ, L.; KRENAK, A.; CRUZ, F. S. M.; RAMOS, E. U.; JESUS, G. S. Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2161-2181, 2019. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43886>.
- MONTEIRO, C. F. S.; DOURADO, G. O. L.; GRAÇA JÚNIOR, C. A. G.; FREIRE, A. K. N. Relatos de mulheres em uso prejudicial de bebidas alcoólicas. *Escola de Enfermagem Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 567-572. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452011000300018>.
- MORAES, R. J. S. *Determinação social do consumo de drogas: estudo de histórias de vida em uma perspectiva marxista*. 2018. Teses (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Botucatu, 2018.
- MORAES-PARTELLI, A. N.; CABRAL, I. E. Imagens do álcool na vida de adolescentes de uma comunidade quilombola. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [s.l.], v. 72, n. 2, p. 468-475, 2019. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0264>.
- MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- NASCIMENTO, J. S. S.; SOUTO, L. C.; SOUZA, L. F.; MALEIRO, R. B.; SANTOS, S. V. Impactos da mecanização em face do trabalhador rural sazonal. *Revista do Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social*, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/35/32>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- PASQUIM, H. M.; SOARES, C. B. Lazer, saúde coletiva e consumo de drogas. *Licere*, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 567-572, 2015. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2015.1111>.
- RAMOS, M. F. *Re-existência e ressurgência indígena: diáspora e transformações do povo Puri*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.
- REICHERT, R. A.; ZALUAR, A. Neuroantropologia das drogas: relações entre cérebro, contexto social e uso de substâncias psicoativas. In: MICHELI, D.; ANDRADE, A. L. M.; REICHERT, R. A.; PINHEIRO, B. O.; SILVA, E. A.; LOPES, F. M. (org.). *Aspectos comportamentais, neurobiológicos e psicossociais do uso e dependência de drogas*. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 77-98.
- REIS, C. W. *A atividade principal e a velhice: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá – Maringá, 2011.

- RIOS, C. F. M. *O trabalho como atividade principal na vida adulta: contribuições ao estudo da periodização do desenvolvimento psíquico humano sob o enfoque da Psicologia Histórico-Cultural*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- ROMO-AVILÉS, N. Drugs and Gender. In: RONZANI, T. M. *Drugs and Social Context: Social Perspectives on the Use of Alcohol and Other Drugs*. Cham: Springer, 2018. *E-book*.
- SANTOS, F. M. Quilombo dos Candendês: resistência e memória. In: Simpósio Nacional de História, 30, 2019, Recife: ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564241621_ARQUIVO_artigocandende.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.
- SILVA, B. I. B. M.; BARROS, J. F. C. L.; FREIRE, S. E. A.; NEGREIROS, F.; MACESO, J. P. Produção da Psicologia no Brasil sobre mulheres rurais: revisão sistemática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* [online], v. 71, n. 2, p. 163-178, 2019. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.163-178>.
- SILVA, R. A.; MENEZES, J. A. Os significados do uso de álcool entre jovens quilombolas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 493-504, jan. 2016. DOI: 10.11600/1692715x.14133120515.

Nota

- ¹ B. de O. Freitas: concepção, análise, interpretação dos dados e redação do artigo. T. M. Ronzani e M. D. B. Dimenstein: concepção e revisão crítica do artigo.

Abstract

Meanings attributed to alcohol consumption by indigenous and quilombolas in a municipality of Minas Gerais state, Brazil

The study aimed to identify and analyze the meanings attributed to alcohol consumption among indigenous and quilombola populations. This is a qualitative research in which participant observation and semi-structured interviews were carried out. The inclusion criteria were over 18 years of age, both sexes and having a pattern of harmful consumption or probable dependence according to the results of a screening instrument applied initially. The Nucleus of Meanings was used to analyze the results. Consumption was seen as necessary for forming and maintaining social relationships. Work regulates the use, and rest time is filled with drinking as a form of relief and relaxation. Drinking eases the suffering caused by living conditions and situations of racial discrimination. Problematic use occurs when control over consumption is lost, and social exclusion ensues. The gender difference is linked to the quantity and place of use. The conclusion is that consumption and the meanings constructed by the participants result from inequalities of class, race, ethnicity, and gender, so the problems linked to use cannot be reduced to the substance or individual behaviors.

► **Keywords:** Indigenous peoples. Quilombola communities. Rural population. Alcohol drinking. Social Determination of Health.